

Cheque não terá mais IOF de 1%

O Governo descartou a idéia de taxar os descontos de cheques nominativos com 1% de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e vai manter uma faixa salarial isenta do Imposto de Renda na reforma tributária de emergência, que deverá ser encaminhada ao Congresso Nacional nas próximas semanas. "Não se pensa em taxar o salário mínimo", disse ontem o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, ao confirmar que uma das principais idéias da reforma é criar uma alíquota única de imposto que seria aplicada a todas as pessoas físicas. Marcílio prevê que, com a adoção dessa nova sistemática, os contribuintes possam se desobrigar do cálculo do Imposto no ato da declaração anual.

O ministro afirmou que a tributação do IOF sobre os cheques nominativos poderia criar problemas de intermediação bancária, pois elevaria o custo das transações financeiras. "Verificamos que essa idéia é contrária ao propósito de modernização da economia que vem sendo perseguido pelo Governo Collor", disse Marcílio.

A proposta de Reforma Tributária de Emergência, que vem sendo estudada pelo Ministério da Economia e que será submetida ao Congresso nas próximas semanas para entrar em vigor no próximo ano, prevê, segundo Marcílio, a criação de uma alíquota única de Imposto de Renda para as pessoas físicas, que incidiria sobre todas as fontes de rendimentos. Seria mantida uma faixa de isenção, de tal forma que os menores salários fossem preservados. O ministro não quis revelar o percentual dessa alíquota, mas os estudos iniciais indicam que ela seria de 8% ou 10%.

As pessoas jurídicas passarão, segundo o ministro, a pagar o Imposto de Renda de acordo com o sistema de bases correntes, que prevê o recolhimento mensal do Imposto. Atualmente, as empresas apuram e recolhem o imposto apenas no momento da declaração de rendimentos.

Marcílio informou que a principal idéia da reforma tributária de emergência é simplificar e desburocratizar a sistemática do Imposto de Renda. O ganho de receita será obtido, de acordo com Marcílio, pela taxação das rendas de pessoas que atualmente sonegam o imposto e que possuem várias fontes de rendimentos.